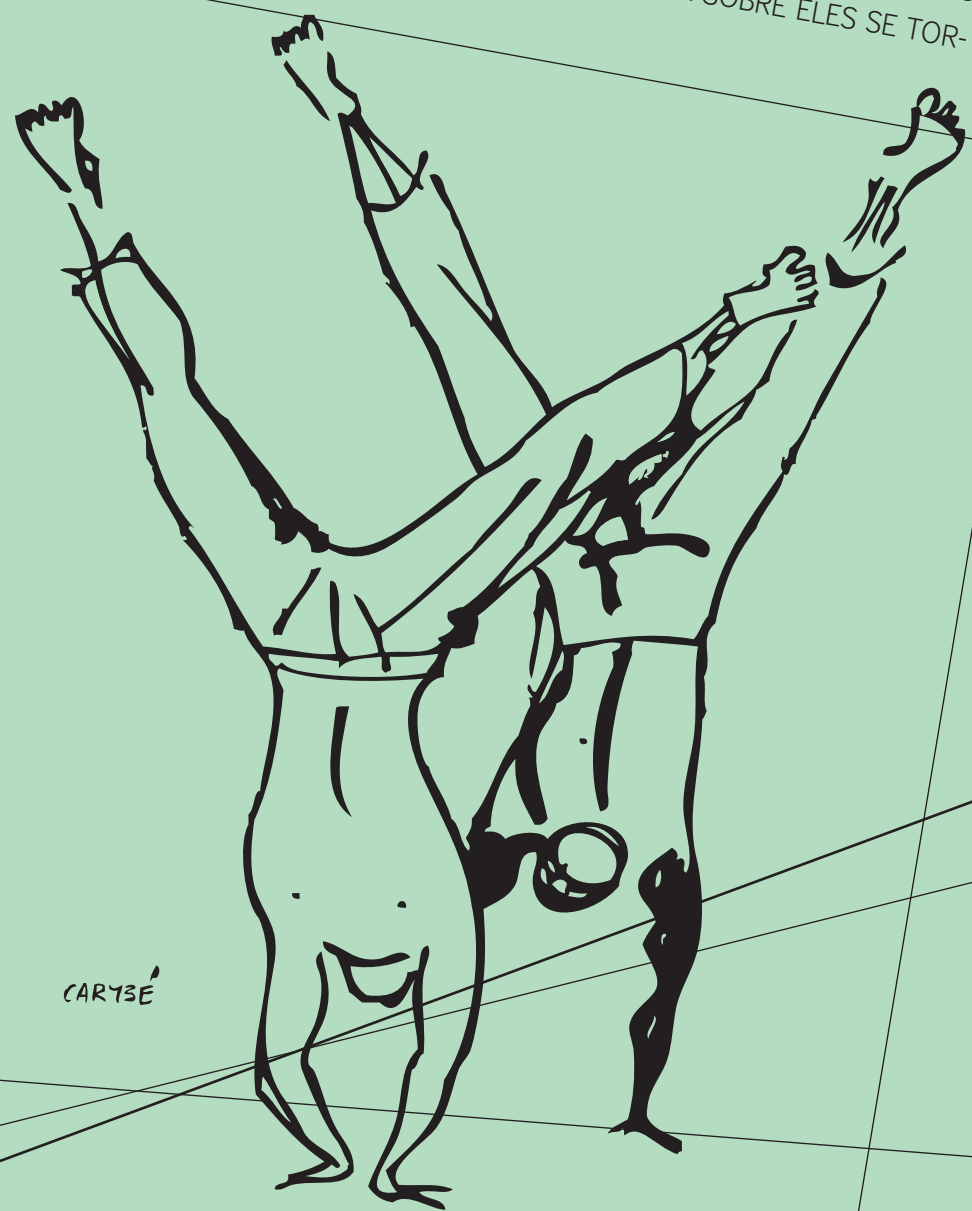
A repressão à capoeira

Frederico José de Abreu

NÃO SE SABE PRECISAR AO CERTO QUANDO COMEÇOU ESSA HISTÓRIA DE REPRESSÃO À CAPOEIRA. NESTE ARTIGO, PARA ABORDAR O ASSUNTO, VAMOS COMEÇAR PELO SÉCULO XIX, MAIS PRECISAMENTE A PARTIR DO SEU INÍCIO, QUANDO SE INTENSIFICA NO BRASIL O CONTROLE SOBRE OS BATUQUES NEGROS, NO MOMENTO EM QUE A SOCIEDADE ESCRAVOCRATA SOBRE ELES SE TORNOU MAIS VIGILANTE.



Fenômeno que pode ter ocorrido pela via do tráfico interprovincial e pelo processo migratório interno. Nessas cidades, a capoeira – incrustrada nos atos cotidianos – identificava-se como uso e costume dos negros, presente mais constantemente nos mundos do trabalho, da desordem social (caso de polícia) e da festa negra.

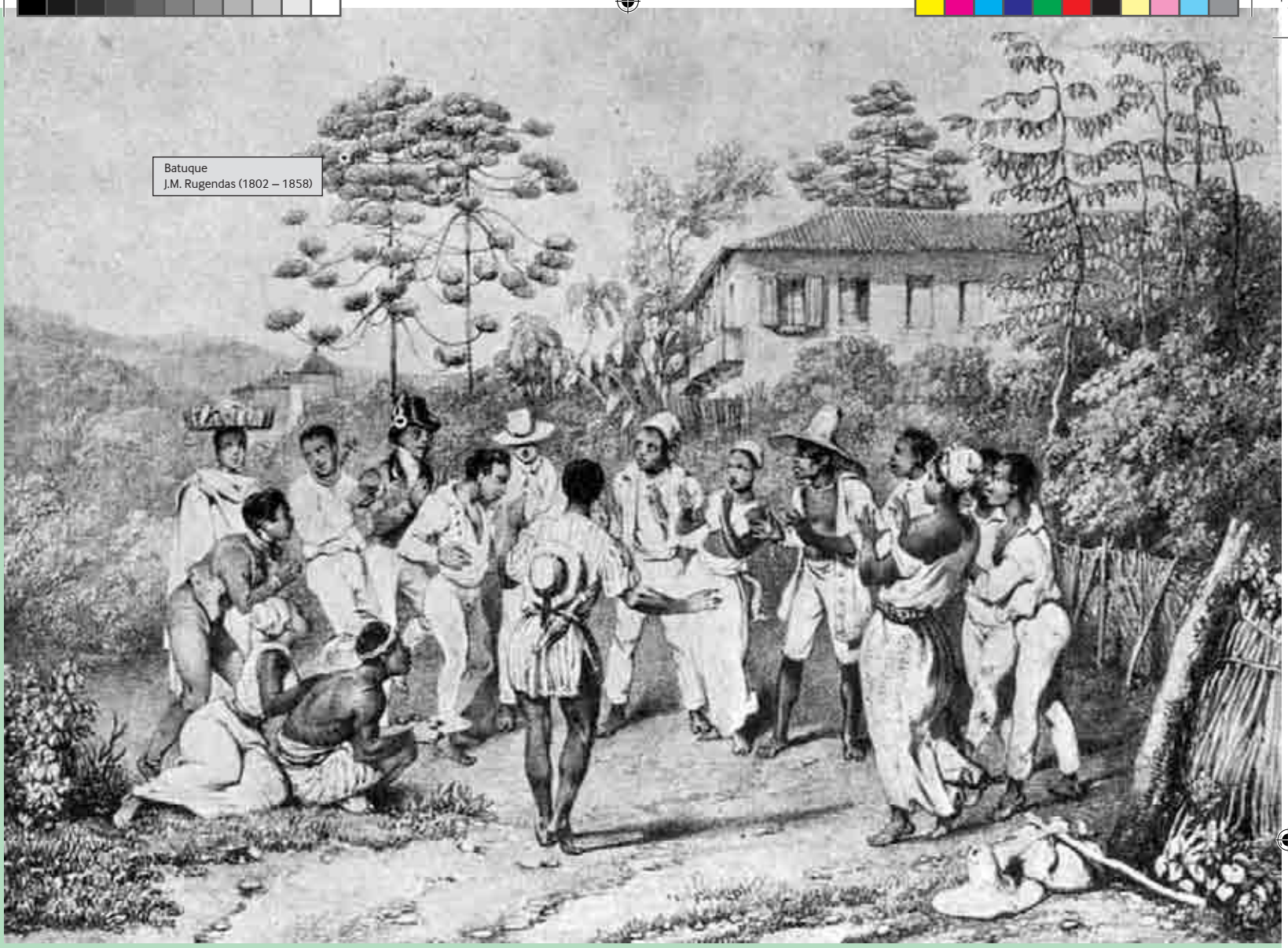
A repressão à capoeira

Nessa época, batuque era um termo genérico, com o qual se denominavam indistintamente manifestações negras que se expressavam, quase sempre, mediante a união da percussão com a dança. O canto também entrava nessa combinação, fossem manifestações de natureza sagrada ou profana, as quais podiam acontecer em separado, uma de cada vez, ou em conjunto. Dessa forma, samba, candomblé, capoeira e outras danças e folguedos negros, apesar de distintos entre si, podiam ser todos denominados batuque.

Parte significativa das observações históricas que obtivemos sobre o Brasil oitocentista deve-se aos olhares e às impressões dos visitantes estrangeiros, os quais produziram documentos essenciais para identificar características concernentes aos usos e costumes dos negros, fossem eles escravos, livres ou libertos, africanos ou crioulos (negros nascidos no Brasil). Assemelhar o Brasil à África era uma constatação muito comum entre os estrangeiros, principalmente quando seus olhares recaíam sobre o cenário de cidades como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, pertencentes, pela ordem, às províncias da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. À época, três cidades portuárias, de vida movimentada, e incrementadas pelo tráfico de escravos, até a completa extinção deste em 1871. Nelas, predominava a população negra, indispensável para o funcionamento da dinâmica da vida urbana e principal responsável pelos movimentos das ruas. Por essas condições, essas cidades se transformaram em campos férteis para os batuques.

Salvador, Recife e Rio de Janeiro – até onde as pesquisas históricas alcançaram – principais núcleos de formação e difusão da capoeira, foram responsáveis pela migração dessa manifestação para outros locais do Brasil, do século XIX até meados do XX. Fenômeno que pode ter ocorrido pela via do tráfico interprovincial e pelo processo migratório interno. Nessas cidades, a capoeira – incrustrada nos atos cotidianos – identificava-se como uso e costume dos negros, presente mais constantemente nos mundos do trabalho, da desordem social (caso de polícia) e da festa negra. Tais notícias, encontradas nos relatos dos estrangeiros, provêm também de fontes como: a oralidade, os jornais da época, a crônica policial e a documentação judicial, dentre outras. A partir desses relatos, pode-se perceber que a repressão à sua prática foi uma das maiores adversidades enfrentadas pela capoeira em sua história.

Na primeira metade do século XIX, o Brasil vivenciou um contexto sociopolítico agitado e permeado por movimentos, conflitos e guerras pela independência, os quais culminaram na libertação da nação brasileira do jugo de Portugal, em 1822. Na seqüência, aconteceram revoltas populares, tais como a Sabinada (1831-1833), na província da Bahia, a Cabanagem (1835-1840), na província do Grão-Pará e a Balaiada (1838-1841), na província do Maranhão. Revoltas cronologicamente antecedidas pela Conspiração dos Alfaiates (1798), movimento rebelde deflagrado em Salvador, que incorporou anseios de liberdade de uma classe popular e socialmente subalterna (os escravos), atraída para dela participar com aspirações de ex-



Batuque
J.M. Rugendas (1802 – 1858)

tinção da escravatura. Para agravar esse quadro de instabilidade política, contribuíram os muitos levantes e insurreições escravas que aconteceram na primeira metade do século XIX, tanto nas zonas rurais como nas áreas urbanas do País, principalmente em Salvador, entre 1807 e 1835. A exigüidade do tempo e a contigüidade geográfica desses acontecimentos na capital baiana e adjacências sugeriam a existência, nessa província, de um vigoroso cotidiano de rebeldia escrava.

A vigência de um clima de conspiração negra – evidentemente – pôs em alerta as autoridades e a população de Salvador, receosa da animosidade reinante, quase sempre definida de forma clara ou subjacente em termos raciais. Para combater as rebeliões escravas, desencadeou-se um esforço no sentido de identificar suas causas; dentre elas estavam os batuques negros. Proibir as manifestações que compunham os batuques não era uma questão de fácil resolução, como comprovava a renitente desobediência por parte dos negros em usarem atabaques e também marimbas dentro dos muros e praias da cidade. Esses instrumentos foram proibidos por posturas municipais, datadas de 1716, que, por força de lei, pretenderam disciplinar a vida do negro nas ruas da cidade. Os atabaques e marimbas eram instrumentos percussivos provocadores de sons e atos para os batuques. Uma situação limite colocava-se perante a sociedade escravocrata, dependente do escravo para sobreviver: como poderia tal sociedade proibir os escravos de praticarem manifestações para eles indispensáveis, que impulsionavam seu viver e que a essa sociedade provocava tantos incômodos e temores?

Que incômodos e temores eram esses? Poderiam ser captados nas queixas da população em jornais da época: "multidões de negros de um e outro sexo, das diversas nações africanas, falavam, dançavam e cantavam canções gentílicas ao toque de muitos horrorosos atabaques"; "divertimentos estrondosos"; "sons e vozes dissonantes"; "bárbaros costumes"; "convulsão inebriante e confusão"; "brigas"; "cenas indecentes e imorais"; ou "danças horrorosas"... As queixas não se limitavam a desqualificar as manifestações culturais dos negros do ponto de vista da civilização. Acusavam, ainda, inversões da ordem social: ao ter lugar a prática dos batuques "onde e quando os escravos queriam", esses negros exerciam – mesmo que precária e momentaneamente – autonomia sobre os espaços ao tempo em que esses batuques aconteciam. Como era de costume e quando permitido, as manifestações negras, mesmo às margens do

Havia, contudo, na elite, quem defendesse os batuques. Havia quem os interpretasse como "folguedos honestos e inocentes", a exemplo de alguns eclesiásticos que argumentavam serem os escravos também filhos de Deus e, por assim ser, também teriam direito à folga e ao gozo.

centro dos acontecimentos, faziam-se presentes nas festas de rua do calendário católico. De acordo com as queixas, nessas ocasiões "os toques e cantos dos negros predominavam não se escutando nenhum outro".

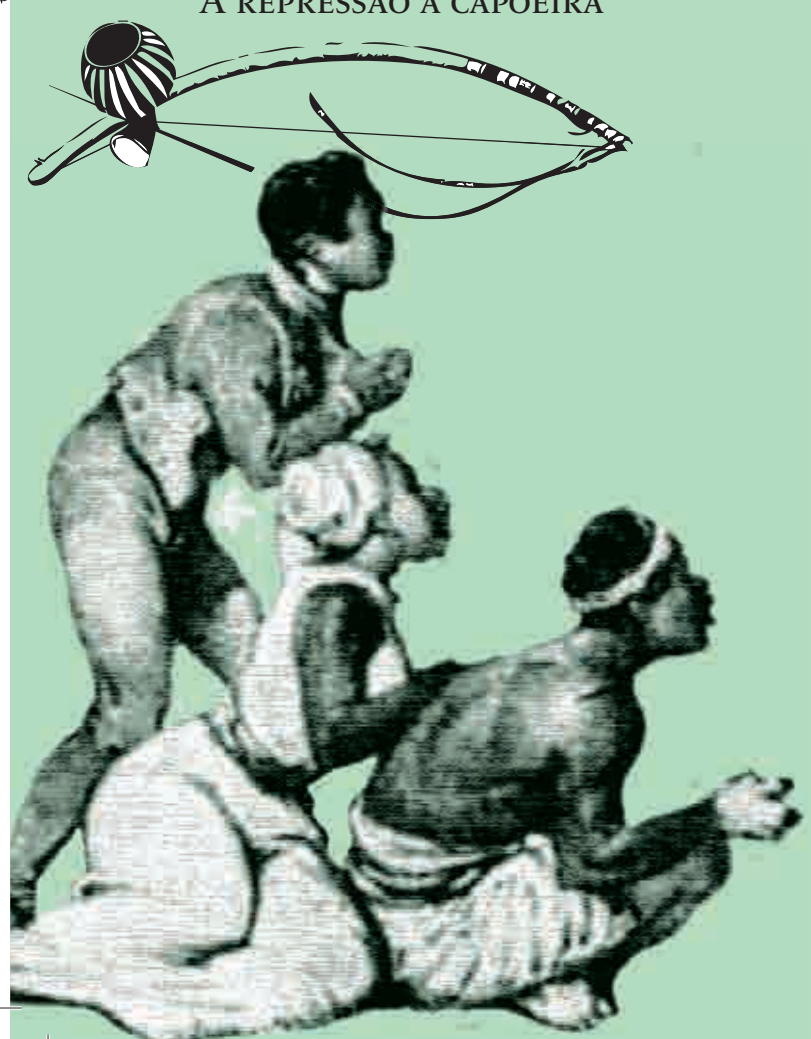
Nos meandros dessas queixas podia-se perceber a importância visceral do batuque para a vida dos escravos e a altivez que essa manifestação lhes proporcionava. Isso os viajantes estrangeiros observaram e noticiaram. Cronistas que eram, admiravam-se com a animação e a disposição com que os escravos aos batuques se entregavam, após uma pesada jornada de trabalho forçado. Não acreditavam que estivessem diante de escravos. De acordo com os seus relatos, pela disposição dos negros para os batuques, esses podiam ser interpretados como fontes de prazer, completando-se como função regeneradora do corpo, maltratado pela dureza da jornada do trabalho escravo. Diante dessa circunstância, Rugendas, um desses cronistas viajantes, admirou-se e sentenciou: "não conseguimos nos persuadir de que são escravos que temos diante dos olhos". A partir desse ponto de vista, pode-se afirmar que o batuque (capoeira, samba, candomblé e outros folguedos negros) proporcionava ocasiões para o escravo recuperar sua humanidade brutalizada pela escravidão.

Havia, contudo, na elite, quem defendesse os batuques. Havia quem os interpretasse como "folguedos honestos e inocentes", a exemplo de alguns eclesiásticos que argumentavam serem os escravos também filhos de Deus e, por assim ser, também teriam direito à folga e ao gozo. Até mesmo alguns senhores viam nos batuques uma oportunidade para os escravos esquecerem-se, por alguns momentos, da sua triste condição: o prazer para esconder a dor.

Aquela situação limite a que se fez referência esboçava-se como um dilema pertinente a toda a sociedade: grave, considerando o contexto histórico da época. Pela existência de um cotidiano de rebeldia negra, o sistema escravocrata em vigor tentava evitar todas as atividades que pudessem provocar ajuntamentos de negros e que acontecessem fora da órbita e da vigilância dos senhores e da polícia. Nesse caso, enquadravam-se os batuques, pois, para se realizarem, provocavam ajuntamentos de negros, vistos pelas autoridades como suspeitos de manobras conspiratórias e fontes alimentadoras das revoltas escravas que estavam tendo lugar na Bahia à época.

Opiniões sobre o batuque emitiam as autoridades governamentais, eclesiásticas, policiais, senhores de escravos, parlamentares e pessoas do povo. Pensar, opinar e influir na decisão de reprimir ou permitir a sua prática todos podiam. Porém, a decisão de fazer isso, considerando a gravidade da situação exposta nas queixas e ao se associar os batuques ao cotidiano da rebeldia negra, cabia ao Governo. Até porque, desde a criação do Calabouço, em 1767, local público de castigos dos escravos, os senhores não eram mais estimulados a castigar os seus escravos privadamente e o controle dos negros na rua não era mais da alçada dos seus proprietários, e, sim, do poder público, do Estado e do aparelho policial a ele subordinado.

A repressão à capoeira



Negros lutando
Augustus Earle, (1793 – 1838)

No plano do poder municipal, responsável pelas posturas municipais (leis que procuravam disciplinar as pessoas e as atividades exercidas nas ruas), não se conseguia interromper a ação dos batuques nem bloquear a iniciativa dos negros em realizá-los. Na verdade, com os recursos de controle vigentes, as autoridades não tinham mais domínio sobre a situação. Proibir a prática daquelas manifestações ou prender os batuqueiros (seus participantes) não era mais suficiente, não cessava a causa. Era necessário articular uma nova política de repressão, que afastasse os temores da população, norteasse as ações policiais e efetivasse posturas municipais específicas de repressão.

Colocado nesses termos, o primeiro a enfrentar a situação foi o Conde da Ponte, governador da Bahia entre 1804 e 1808. Sua opção foi por uma política de combate sem tréguas aos batuques, recomendando, inclusive, ações violentas por parte da polícia. A finalidade era radical: extinguir os batuques. Essa era a única forma, segundo ele, de sanar a questão: subjugar os batuqueiros e evitar oportunidades que favorecessem ações conspiratórias dos escravos. Medidas tomadas em vão, pois os batuques prosseguiram como se fossem incontroláveis, assim como inevitáveis continuaram sendo as perplexidades e reclamações dos que se achavam por eles perturbados. As rebeliões escravas prosseguiram enquanto o Conde da Ponte governou a Bahia.

Em seguida, de 1808 a 1818, a Bahia foi governada pelo Conde dos Arcos, que procurou colocar em ação uma política mais branda em comparação com a do seu antecessor, recomendando à polícia maior moderação na repressão. Sua política oscilava entre o permitir e o reprimir os batuques, na medida em que tentava conciliar duas razões inversas: reprimi-los, em função do conteúdo das queixas advindas dos estratos socialmente mais influentes da população; ou permiti-los, considerando as recomendações dos eclesiásticos e de alguns senhores de escravos. Os termos dessa conciliação se explicitam nas medidas tomadas pelo governador no sentido de controlar aquela prática dos negros, determinando os locais e as oportunidades para acontecerem. Não mais poderiam ser realizadas a qualquer hora e lugar, como alegavam as velhas queixas. Em compensação, também estariam assegurados os momentos de lazer e festa tão necessários aos escravos, como a qualquer ser humano, de acordo com as solicitações de religiosos e senhores. Tudo, porém, de forma controlada.

Quanto ao alerta à condição do batuque como fonte alimentadora das revoltas escravas, o Conde procurava atenuar esse receio, enfatizando serem os ajuntamentos dos negros oportunidades muito mais favoráveis para a geração de desentendimentos entre eles, movidos por diferenças étnicas – remontáveis à África e às rusgas provocadas pelas dificuldades existenciais dos negros no Brasil escravocrata. Na verdade, a política do Conde dos Arcos, quanto aos efeitos, igualou-se à do Conde da Ponte: os batuques continuaram perturbando o conforto físico e a paz de espírito da socie-

A repressão à capoeira teve diversas fases, desde a simples proibição, passando pela aplicação dos açoites até ser tratada como uma questão de Estado pelo regime republicano, que a enquadrou como crime no Código Penal da República em 1890.

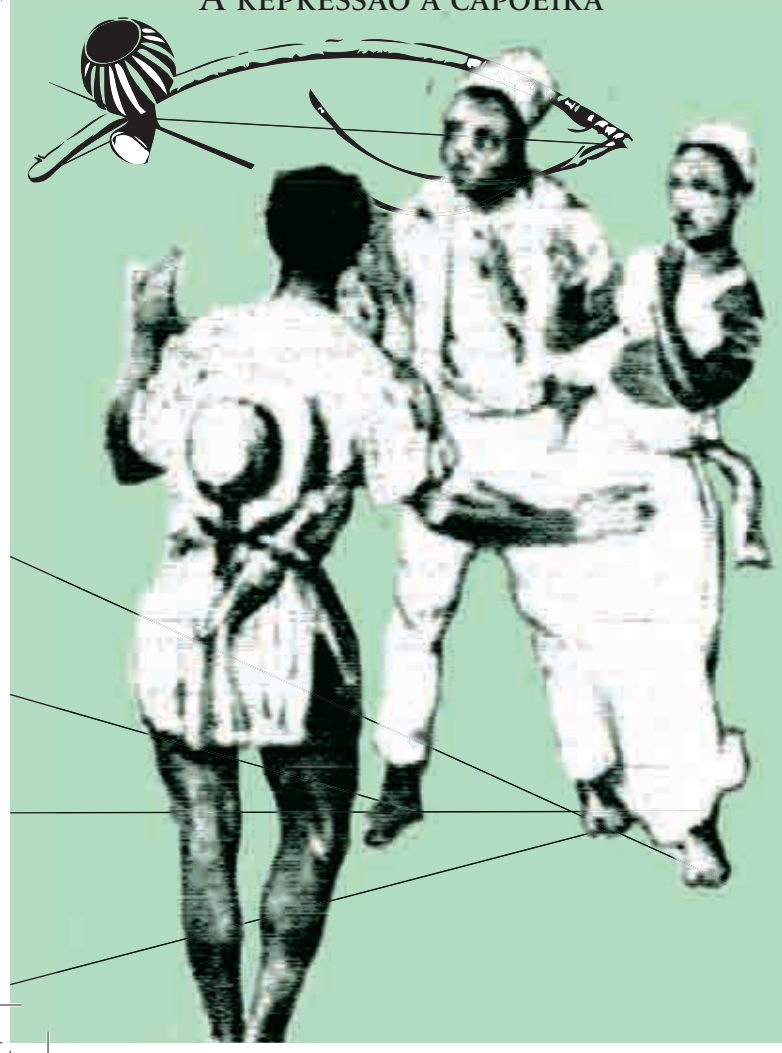
dade escravocrata baiana. Naquele tempo, como o sistema escravocrata só podia funcionar dependente da exploração de trabalho do negro, para este, por sobrevivência, os batuques continuaram indispensáveis. Prosseguiram como se fossem incontroláveis, assim como inevitáveis, as perplexidades e reclamações dos que se achavam por eles perturbados. Nem as reclamações dos jornais, nem as proibições impostas pelas posturas municipais, nem os estragos que as perseguições policiais lhes infligiram, conseguiram interromper o curso da sua história embalada pela incrível força que têm as coisas quando elas precisam acontecer, como diria o compositor e cantor brasileiro Caetano Veloso.

Voltando à lista das queixas, vamos encontrar no meio delas o conceito de barbaridade atribuído aos batuques, preconceito amplamente absorvido e difundido pelas elites dominantes durante todo o século XIX e boa parte do século XX, e que, na verdade, ainda não morreu de vez. Capoeira, samba, candomblé, para as elites, comprometiam o modelo civilizador que desejavam, por não estarem concernentes aos costumes e procedimentos públicos dos países por elas considerados mais civilizados (os europeus). Vale dizer que, em nome desse preconceito, forjaram-se argumentos tanto para afastar das zonas nobres da cidade a prática dessas manifestações, como para proibi-las de acontecer. Ficavam no desejo, sustentado por uma retórica vazia e alguma mentalidade progressista, pois o modelo civilizador das elites não se concretizava satisfatoriamente, impedido por profundas causas socioeconômicas. Na verdade, pode-se afirmar que o desenvolvimento econômico, a modernização e transformação urbana que se registravam nas principais cidades do Brasil, alinhavam-se com o que se tinha de mais atrasado para a época em termos do trabalho e sua organização: a escravidão, condição humana considerada, àquela altura do tempo (século XIX), uma barbaridade para um estrangeiro, a quem se pretendia bem impressionar, oferecendo-lhe um modelo europeizado. A escravidão era suficiente para reverter essa expectativa.

Nessa exposição generalizada de combate ao batuque, feita até aqui, podem-se identificar os elementos que nortearam as ações repressivas às manifestações negras. Necessário, contudo, é dizer que cada uma dessas manifestações enfrentou contextos específicos, como também particulares foram as ações de resistência vivenciadas pelos praticantes de cada uma delas. Isso fez com que cada qual, apesar do significativo número dos elementos comuns que possuíam, tivesse uma história própria à semelhança da capoeira. Sobre essa manifestação encontram-se, desde antes do século XIX, notícias da sua presença no Brasil. Desde então, tem-se também notícias sobre a repressão aos capoeiras, fator tão implícito à antigüidade da capoeira que a história desse tempo, para ser pesquisada, estudada e contada, tem entre suas principais fontes a crônica e a documentação policial.

Essas fontes devem ser analisadas com cuidado para delas se eliminar o jargão policial, os preconceitos contidos na narrativa, a abordagem viciada, que podem contaminar a

A repressão à capoeira



visão histórica sobre os capoeiras de antigamente. Tomadas essas precauções, pode-se, por meio desses documentos, perceber dos capoeiras os anseios, os ritos, os modos de comportamento social e hábitos, as maneiras como se tratavam, as gírias, a geografia urbana por eles permeada, as armas utilizadas, dados biográficos, dados sobre a cor, a etnia, o vestuário, a ocupação, a profissão, os rituais de conflitos entre eles e entre eles e a polícia, e as táticas e os momentos oportunos para expressarem sua arte.

A repressão à capoeira teve diversas fases, desde a simples proibição, passando pela aplicação dos açoites até ser tratada como uma questão de Estado pelo regime republicano, que a enquadrou como crime no Código Penal da República em 1890. Antes de chegar a esse ponto, antecederam-se muitos conflitos entre os capoeiristas e a polícia. Conflitos agravados de tal ordem que poderemos definir esse período (compreendido entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século seguinte) como tumultuoso, tendo como cenário principalmente as cidades do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, pelas razões já explicadas.

As tradições da capoeira nessas cidades eram muito parecidas não só na forma de se expressarem, mas também na equivalência do comportamento social dos seus praticantes. Os capoeiras dessas cidades, geralmente, eram trabalhadores de rua (carregadores, carroceiros, vendedores ambulantes, feirantes, serviçais de limpeza) ou ligados à zona portuária (estivadores, trapicheiros e remadores). Cabe salientar que, dentre as ocupações desses capoeiras, se incluíam algumas consideradas como próprias de vadios e vagabundos, como pescadores, meninos de recado e biscateiros, dentre outras. Sabe-se também da predileção dedicada aos ambientes festivos. Contraditoriamente, até para muitos daqueles que tinham receio da presença dos capoeiras nas festas populares, seu comparecimento era considerado essencial para a animação da parte profana das festas, juntamente com o pessoal do samba, como acontecia na Bahia e no Rio de Janeiro. Mesmo quando eram acusados pelos tumultos provocados nessas festas.

Comum a todas essas cidades foi o processo repressivo, muito embora tivesse variado em grau de um para outro local, tendo sido mais veemente no Rio de Janeiro. A repressão se deu por meio da proibição da prática da capoeira, por posturas municipais, por perseguições e prisões, muitas delas arbitrárias, pelo abuso dos castigos corporais e pelos trabalhos forçados e deportações. Fez parte da repressão, ainda, o recrutamento forçado para o Exército e a Marinha, práticas remontáveis aos tempos coloniais brasileiros quando ainda não havia forças armadas profissionalizadas e o recrutamento se dava na ruas e tinha como foco os considerados malandros, vadios e criminosos. Além do mais, nesse período, o Exército e a Marinha configuraram-se como casas de correção de menores, abastecidas pelo recrutamento inclusive de negros escravos fugidos que, com outros nomes, poderiam, então, ingressar nas Forças Armadas. É indispensável registrar que a campanha governamental visava à formação do contingente de "Voluntários da Pátria", do qual fizeram parte capoeiras em defesa do Brasil na Guerra do Paraguai (1864-1870).

É necessário dizer que a política e as ações de repressão à capoeira se sustentavam num estereótipo formulado pela polícia, que considerava os capoeiras como desordeiros, valentões, vadios e malandros. Tipificação essa na qual certamente não se enquadravam todos os capoeiras e que não era extensiva aos praticantes não negros, dentre esses aristocratas, policiais, membros da elite, estudantes etc. Nesse bloco devem-se incluir jovens que se rebelaram contra algum autoritarismo familiar e educacional. Eles escolhiam a rua como ambiente de liberdade e se entregavam à prática da capoeira como forma de divertimento e um recurso de luta que lhes serviam para se situarem e se afirmarem no espaço da rua.

Deve-se dizer que no seio da elite em que se encontravam praticantes de capoeira surgiu e tomou corpo a idéia de que a capoeira era uma ginástica saudável e uma luta eficiente e que os elementos perniciosos que lhe eram imputados seriam provenientes dos seus praticantes marginalizados (negros, malandros, vagabundos, proletários etc.).

No Rio de Janeiro, em Recife e em Salvador, como reação à repressão, os capoeiristas agiram colocando em ação táticas de resistência, delineadas à base de despistes e simulações para enganar a polícia. Procuravam praticar a capoeira em lugares periféricos, ou nos principais bairros da cidade, quando e onde a vigilância policial era menos assídua. Essas táticas eram bem ao uso dos capoeiras baianos de antigamente, que também incluíram entre suas iniciativas de resistência a negociação com a polícia, conseguindo licença para a vadiação (sinônimo de capoeira). No plano da resistência, certamente não faltaram conflitos entre os capoeiristas e as forças policiais, cujos combates às vezes se decidiam em favor dos primeiros, que tinham como trunfo maior conhecimento da geografia das ruas e superioridade nos combates corpo-a-corpo. A história da repressão também enriqueceu o imaginário popular com narrativas e lendas que atribuíam aos capoeiras poderes sobrenaturais, como seres humanos capazes de se transformarem em paus, plantas e animais quando perseguidos.

Os tempos tumultuosos da capoeira, como revelam os dados históricos, foram mais freqüentes e intensos na cidade do Rio de Janeiro, cidade na qual os capoeiras, tiveram mais influência e participação na vida cotidiana do que em qualquer outro local no século XIX. O noticiário dos jornais da época dão conta disso ao narrarem as ações das maltas (grupos de capoeira adversários entre si) em conflito com elas próprias e a policia, para demarcarem geograficamente parte da cidade, com o fim de exercerem o domínio e o poder paralelo. As notícias desses jornais acusam a veemente participação dos capoeiras do Rio em outros aspectos da vida da cidade, como na vida política, com sérios envolvimentos em eventos como a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). Foi muito por conta do comportamento social dos capoeiras no Rio de Janeiro que se justificou a inclusão da capoeira como crime no Código Penal da República.

Um nome é destacado como ícone nesse processo de virada histórica da capoeira, Mestre Bimba, o primeiro a exercê-la como um ofício. Aquele que garantiu pela via oficial o direito de ensiná-la, um precursor das lições que fariam com que a "vingança histórica" da capoeira se realizasse: ser hoje solicitada para solucionar mazelas sociais das quais no passado era tida como causadora.

Ao enquadramento da capoeira com crime no Código Penal, seguiram-se outras medidas de ordem policial concretizadas na prisão dos principais capoeiras do Rio e sua imediata deportação para a ilha de Fernando de Noronha, que funcionava como uma colônia penal. Essas ações repressivas foram determinantes para que a tradição da capoeira carioca perdesse força de continuidade e praticamente desaparecesse. Alguns membros que escaparam da repressão encontraram sobrevida no meio da malandragem boêmia – no samba e no carnaval. Em Pernambuco, por razões ainda não bem estudadas, a capoeira no mesmo período entra em decadência e, como manifestação, encontra salvaguarda, moldando os passos vigorosos do frevo, manifestação cultural pernambucana.

Enquanto isso, a tradição baiana ganha maior vitalidade, mesmo tendo experimentado, ao longo do século XIX, momentos de repressão e sendo ações dos seus capoeiras interpretadas como equivalentes às do Rio de Janeiro. Mas, historicamente, os capoeiras baianos surpreenderam com outras ações diretamente dirigidas para a preservação e continuação da capoeira como uma manifestação artística, um divertimento, uma oportunidade para vadiar (folgar, brincar, divertir-se), mesmo sem eliminar suas possibilidades como defesa pessoal. Assim, eles desenvolveram relações de afetividade e procuraram afirmá-la socialmente, usando como um dos instrumentos para isso fazê-la presente no calendário das festas populares da Bahia e transformando-a num divertimento ao agrado do povo baiano.

A responsabilidade por essas ações pertence a uma geração de mestres que, apesar de ter permanecido praticamente anônima, foi responsável pela formação, a partir dos anos 30, de mestres na arte de civilizar. Eles vão modificar os modos e maneiras de comportamento dos capoeiras: refinar sua forma de jogar; acentuar os aspectos socializadores da prática, historicamente inerentes a essa manifestação, mantidos mesmo quando vigoraram os momentos conturbados; atribuir-lhe valores e efeitos socioeducativos; e fazer com que a capoeira se destacasse como um símbolo de identidade nacional. Dessa forma, estavam estabelecidas as bases para transformar a criminalização da capoeira numa incongruência do Código Penal. Um nome é destacado como ícone nesse processo de virada histórica da capoeira, Mestre Bimba, o primeiro a exercê-la como um ofício. Aquele que garantiu pela via oficial o direito de ensiná-la, um precursor das lições que fariam com que a "vingança histórica" da capoeira se realizasse: ser hoje solicitada para solucionar mazelas sociais das quais no passado era tida como causadora.

Frederico José de Abreu. Economista. É membro-fundador da Academia de João Pequeno de Pastinha, da Fundação Mestre Bimba e Instituto Jair Moura. É autor dos livros "Bimba é Bamba: a capoeira no ringue"; "O Barracão do Mestre Waldemar"; "Capoeiras: Bahia século XIX."

O CAPOEIRA

(Oswald de Andrade, 1890-1954)

– Qué apanhá sordado?
– O quê?
– Qué apanhá?
Pernas e cabeças na calçada